



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,75% São Paulo	126.954 18/3 19/3 20/3 21/3	R\$ 4,979 (+ 0,11%)	R\$ 1.412	R\$ 5,407	10,65%	10,65%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83

MERCADO DE AVIAÇÃO

Ações modestas no setor das aéreas

Enquanto o ministro Rui Costa esclarece os limites do Voa Brasil, Fazenda avisa que não tem proposta para empresas

» RAFAELA GONÇALVES

Após uma sequência de adiamentos, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, alertou que o lançamento do programa Voa Brasil não diminuirá o custo das passagens aéreas. A iniciativa, que deverá oferecer passagens aéreas de até R\$ 200 para um público restrito, vem sendo postergada desde o início do ano.

“O programa tem uma finalidade, que é estimular o uso para pessoas que nunca usaram aviação ou usam raramente, e de alguma forma para um público segmentado, como aposentados. Não tem a função de criar a falsa expectativa de que isso é para resolver o problema do custo da passagem no Brasil”, disse o ministro, em entrevista à TV Brasil.

As empresas alegaram ao governo algumas dificuldades de baixarem os preços para os usuários, como o querosene de aviação (QAV) e o passivo judicial, sobretudo de clientes que pedem indenização por atrasos e cancelamentos de voos.

Socorro às aéreas

O setor aéreo ainda sofre os efeitos das perdas durante a pandemia de covid-19. A Gol, uma das principais companhias do setor, recentemente entrou com um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos, destacando a urgência de medidas de apoio ao segmento. A Latam, que lidera o mercado doméstico, também passou recentemente por um processo semelhante.

O pacote de socorro às companhias ainda não tem nenhuma definição por parte do Ministério

Ed Alves/CB/DA.Press



O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo finaliza o programa, que não resultará na redução do preço da passagem aérea

da Fazenda. Segundo o secretário de Política Econômica da pasta, Guilherme Mello, ainda não há nenhuma resposta concreta ao pedido de ajuda feito pelo setor, com o apoio do Ministério dos Portos e Aeroportos.

“Hoje, não há nenhuma definição, nenhuma construção mais avançada de propostas específicas para o setor aéreo. O que há é um momento de

diálogo, entendimento, diagnóstico para nós entendermos o que se passa no setor”, disse ontem, em coletiva de imprensa de divulgação do Boletim Macroeconômico.

Entre as soluções pleiteadas pelas aéreas, está a reformulação do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) ou da criação de um novo fundo para que o setor possa ter garantia para empréstimos.

Inclusão

O programa para baratear as passagens causou frustração em uma parcela da população, que esperava que os preços mais baixos atingissem o mercado como um todo. Responsável pelo projeto, o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse nesta semana que ofertar passagens aéreas a

R\$ 200, de forma aleatória, seria uma “insanidade”.

Em entrevista ao Roda Viva, na última segunda-feira, ele afirmou que o valor proposto pelo programa não tem condições de ser aplicado a toda a população brasileira, mas é possível ofertar o valor em um número reduzido de bilhetes para um público específico.

De acordo com o governo, o



O programa tem uma finalidade, que é estimular o uso para pessoas que nunca usaram aviação ou usam raramente”

Rui Costa,
ministro-chefe da Casa Civil

programa atende o objetivo de inserir brasileiros que não viajam de avião nesse mercado. A ideia é tornar as viagens de avião acessíveis a um maior número de brasileiros, promovendo a inclusão social. O programa é feito em parceria com as companhias aéreas, que disponibilizam assentos ociosos para esses bilhetes promocionais.

Pelos cálculos da pasta, o programa conseguirá ofertar ao menos 5 milhões de tickets aéreos no valor de R\$ 200. Aproximadamente 21,7 milhões de brasileiros poderão participar do Voa Brasil — 21 milhões de aposentados com renda de até dois salários mínimos pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e 700 mil alunos do ProUni (Programa Universidade para Todos). Ainda sem data para sair do papel, o governo tem renovado a promessa de que a iniciativa seja lançada até o final deste mês.

CONTAS PÚBLICAS

Arrecadação de fevereiro atinge recorde de R\$ 186 bi

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 186,5 bilhões em fevereiro, um aumento real de 12,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo os dados divulgados ontem pela Receita Federal, esse é o maior montante para meses de fevereiro da série histórica, iniciada em 1995.

No acumulado dos dois primeiros meses do ano, o valor alcançado foi de R\$ 467,2 bilhões, um acréscimo real de 8,82%.

Contribuiu para esse resultado a tributação de fundos exclusivos, que rendeu R\$ 4 bilhões aos cofres do governo em fevereiro. A arrecadação de Imposto de Renda (IR) sobre rendimentos de capital teve alta real de 58%, para R\$ 11 bilhões devido à medida, sancionada pelo Executivo em dezembro.

O PIS/Pasep e a Cofins tiveram juntos um aumento real de 21,4% na arrecadação, para R\$ 39 bilhões em fevereiro, na esteira do bom desempenho dos setores de serviços e do varejo.

A retomada da tributação

integral sobre combustíveis também corroborou para o resultado. Apenas com a tributação desse setor, foram arrecadados R\$ 3,19 bilhões de PIS/Cofins em fevereiro deste ano. A receita previdenciária, por sua vez, teve alta real de 4,7%, para R\$ 50 bilhões, devido ao crescimento real de 6,47% da massa salarial.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, observou que houve uma redução de 40% em fevereiro na utilização de créditos decorrentes de decisões judiciais, comparado com o mesmo período do ano passado. No entanto, o efeito na arrecadação não é direto nem imediato. “Houve redução da limitação dos direitos creditórios, mas a arrecadação não sofre o mesmo e direto efeito redutor. Contribuintes podem estar utilizando outros direitos creditórios, para abater tributos”, afirmou, em coletiva de imprensa.

O economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, destacou que as receitas

Karlos Geromy/OIMP/D.A.Press



A melhora no setor de serviços impulsionou a arrecadação

apresentaram crescimento robusto frente ao mesmo mês do ano passado, superando até mesmo as expectativas do Prisma Fiscal. “A partir dos dados de janeiro e fevereiro serão tomadas decisões relativas à execução orçamentária futura, como bloqueios e contingenciamentos. O Governo Central tem a ambiciosa meta de zerar o déficit primário neste ano e conta especialmente com o crescimento da

arrecadação para atingir este objetivo”, recordou.

Em relatório macro, a equipe da XP afirmou que a arrecadação tributária de fevereiro tem sinais positivos e negativos, mas que, em geral, as medidas do governo não atenderam as expectativas. “No lado negativo, alguns efeitos das medidas implementadas no início do ano não atingiram as expectativas”, disse, em nota. (RG)

Quase R\$ 3 bi bloqueados

» ROSANA HESSEL

A equipe econômica deve anunciar, hoje, o primeiro contingenciamento do ano nas contas públicas. A expectativa de técnicos do governo é de que o valor bloqueado seja de R\$ 2,9 bilhões.

Apesar da surpresa positiva na arrecadação, existe o aumento de despesas permanentes criadas no ano passado, sem uma fonte de recurso recorrente.

As projeções de receita do governo estão mais otimistas do que as do mercado. A atividade econômica está desacelerando em relação a 2023, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%. O Ministério da Fazenda espera avanço de 2,2% no PIB deste ano, acima das estimativas de 1,8% do mercado, segundo o boletim Focus, do Banco Central.

Na avaliação da economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, é possível que o governo anuncie um contingenciamento de R\$ 2,9 bilhões, porque tudo vai depender das premissas do governo. “As premissas adotadas pelo governo

acabam influenciando, de certa forma, o resultado primário e o quanto o governo deve bloquear, e ainda tem a questão das medidas adicionais com algumas propostas desidratadas, como é o exemplo do Juro sobre Capital Próprio (JCP). Então, existem alguns eventos que contribuem para a piora desse resultado primário”, alertou.

Não à toa, ela lembrou que arrecadação está surpreendendo positivamente, mas “ainda está R\$ 5 bilhões abaixo do esperado no decreto de programação orçamentária e financeira, se consideradas as receitas administradas pela Receita Federal, e R\$ 12 bilhões abaixo, se consideradas todas as receitas primárias”.

Para piorar, as previsões do mercado apontam para um rombo fiscal bem acima do previsto na margem de tolerância da meta, de até R\$ 27 bilhões. Conforme dados do Prisma Fiscal, coletados pela Fazenda, a previsão do mercado é de um déficit, este ano, de R\$ 82,8 bilhões, levemente abaixo do saldo negativo de R\$ 90,2 bilhões estimado em novembro de 2023.